

AFROMINASGERALISMOS: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PATRIMÔNIO PARA CULTURAS AFRODESCENDENTES NO ESTADO DE MG

FÁBIO BRASILEIRO¹; JORGE EREMITES DE OLIVEIRA²

¹PPGMSPC/UFPEL – fabioborgesbrasileiro@gmail.com

²UFPEL – eremites@bol.com.br

1. INTRODUÇÃO

A ação institucional do Estado brasileiro em termos de políticas de proteção do patrimônio cultural nacional tem suas origens no começo da década de 1930 no governo de Getúlio Vargas durante o Estado Novo desenvolvimentista, que defendia entre seus princípios a unidade nacional pela integração regional. Era um contexto de criação de um país que se pretendia republicano depois de 388 anos de escravidão colonial de pessoas africanas, encerrada em 1888. O nacionalismo funda as práticas de proteção do patrimônio brasileiro. Em 1937, de autoria de Mário de Andrade, publicada na forma de Lei, a ação nacional para preservação e promoção patrimonial foi criada, hoje conhecida como IPHAN, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nonagenário em 2027. A ação estatal de proteção do patrimônio nasceu modernista, no período entre as duas grandes guerras mundiais.

Como ação modernista o IPHAN nasce em Minas Gerais, suas razões foram extraídas das memórias de uma viagem feita anos antes à Belo Horizonte e Ouro Preto por ocasião da visita ao Brasil de Blaise Cendrars, romancista e poeta suíço, organizada por Mário de Andrade. Viagem fundamental para o desenvolvimento no ‘espírito’ do Estado Novo – ainda que fosse num contexto social de governo autoritário – as preocupações formuladas pelas vanguardas do modernismo brasileiro em termos de salvaguarda e proteção do conjunto arquitetônico artístico do período barroco, a partir do contato que tiveram na Viagem a Ouro Preto com o barroco de Minas Gerais, de cujo principal representante nas Américas foi Aleijadinho, o Antônio Francisco Lisboa.

Como ação desenvolvimentista, de organizar o patrimônio nacional em termos de políticas públicas educacionais, culturais e de turismo no consórcio da burocracia do novo Estado emergente, o IPHAN teve como missão articular entre todas as unidades federativas do país, hoje são vinte e sete, o seu funcionamento regional como ‘superintendências’ nos Estados, de modo integrado e colaborativo, estimulando que essas superintendências organizassem em cada Estado, programas de municipalização envolvendo suas respectivas cidades, consolidando assim em termos de modelo e programa desenvolvimentista de ‘Estado Nação’ a unidade nacional pela integração regional nas agendas do patrimônio cultural pretendida.

No caso de Minas Gerais a superintendência estadual do IPHAN só surgiu trinta e quatro anos mais tarde em 1971, num contexto em que a instituição nacional internamente se modernizava, por exemplo ao incorporar às suas práticas de salvaguarda e proteção do patrimônio cultural, até então vistas apenas no aspecto material (no caso de Minas Gerais, o conjunto arquitetônico do barroco colonial da etapa da ‘pedra e cal’, pelas mãos de trabalhadores negros escravizados), também os aspectos ‘imateriais’ da cultura.

Em que medida ontologias e epistemologias africanistas, considerando que o ato de fundação de Minas Gerais coincide com o nascimento da escravidão colonial, fazem parte das práticas do IEPHA, o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, nas formas de proteção do patrimônio, é o que nos interessa saber, investigar, produzir conteúdo e informação, cartografias e mapas, medidores estatísticos, base de dados, novos marcadores e Novas Qualificações para o Patrimônio, a partir do conhecimento dos principais problemas e dificuldades.

2. METODOLOGIA

A pesquisa parte de uma interpretação qualitativa, africanista, das quantidades dessas ações nos municípios promovidas pelo IEPHA-MG, desde a criação de leis como 'Robin Wood' e 'ICMS do Patrimônio Cultural' em meados dos anos 90, buscando compreender se elas deram ou não continuidades às agendas de patrimônio do campo cultural que até 1970 eram tarefas sob tutela do governo federal, desde 1937, em termos de municipalização e ideologia desenvolvimentista.

Queremos saber também se nesse reencontro entre o material e o imaterial nos debates sobre o patrimônio cultural no IPHAN, contexto da criação do IEPHA-MG, quais foram as implicações epistemológicas e éticas dessa aproximação em 70 em termos de inclusão e cidadania das afrodescendências nas composições de novas visões de mundo e de Estado Nacional sobre a cultura, sobre o patrimônio, modificando nossos entendimentos e representações da 'brasilidade' e, portanto, permitindo novos compromissos e agendas, novas práticas institucionais, reformulações do Estado Democrático de Direitos e de suas instituições de governo, etc.

Nossa utopia envolve re-pensar o Estado Democrático brasileiro e suas instituições de patrimônio sob clivagens afrodescendentes, ameríndias, seja em relação ao barroco ou o modernismo, seja nas modernizações institucionais, assumindo uma agenda social comum entre Estado, Sociedade e Empresas com ações, planos e metas.

Do ponto de vista metodológico e conceitual, o caminho nasceu da pesquisa de Mariza Veloso sobre o IPHAN na altura dos seus 80 anos, nossos estudos envolvem conhecer toda a legislação referente à temática do patrimônio cultural, reunindo e estudando publicações sobre o IPHAN e sobre o IEPHA-MG, reunindo e conhecendo dissertações e teses acadêmicas, sobretudo as que deram vistas a debates tematizando africanidades e afrodescendências no patrimônio desde a Era Vargas; conhecer a legislação internacional como as 'cartas do patrimônio' da UNESCO, para uma revisão bibliográfica; ou desenvolver entrevistas com todos os atores que atuam com o tema da proteção do patrimônio cultural em Minas Gerais pelo IEPHA-MG (e IPHAN).

O caminho para essa cartografia do patrimônio cultural afrodescendente material e imaterial nas práticas institucionais do IEPHA-MG partirá em nossa pesquisa do tratamento estatístico da "Relação de Bens Protegidos Por Registros de Bens Imateriais pela União, pelo Estado e pelos Municípios até o ano de 2022", apresentados ao ICMS do Patrimônio Cultural pelo IEPHA-MG, *paripassu* ao tratamento estatístico, seguido de análise e interpretação, da "Relação de Bens Protegidos por Tombamento, pela União, pelo Estado e pelos Municípios até o ano de 2022".

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

- 1) Faremos uma avaliação a partir de ontologias e epistemologias afrodescendentes do 'estado da arte' atual das ações de Estado para proteção do patrimônio em Minas Gerais (IEPHA-MG);
- 2) Proposta de base de dados a servir de fonte de informação e pesquisa para planejamentos das ações de clivagens afrodescendentes no patrimônio em MG, orientados pelas agendas e recomendações dos ODS da ONU, permitindo avanços focados em determinadas frentes no nacional e internacional de modo programático;
- 3) 'Patrimônio como Categoria de Pensamento' Afrodescendente para a Liberdade e Autonomia, parafraseando José Reginaldo Santos Gonçalves e Paulo Freire, será uma entre as discussões principais;
- 4) Em que medida as ações de municipalização na proteção do patrimônio em MG desde a década de 1990 (Leis Robin Wood e ICMS do Patrimônio Cultural) resultaram em efetivos caminhos de abertura a outros paradigmas, outras cosmologias, às epistemologias não-ocidentais ou 'não-industriais', como forma de atualizar práticas e conceitos sobre a proteção do patrimônio, essa uma outra discussão importante;
- 5) Fazer uma interpretação do Modernismo a partir das temáticas do patrimônio cultural, outra discussão;
- 6) Colaborar nas frentes de promoção do fim das desigualdades humanas por razões étnico-raciais, de classe, gênero, origem geográfica ou religião atuando no campo da cultura, do patrimônio e do turismo.

4. CONCLUSÃO

Ainda que estejamos na etapa inicial da pesquisa algumas conclusões que esperamos verificar podem ser compartilhadas de antemão. Em termos de tombamentos de cultura material são as arquiteturas de senzalas, cemitérios e – mais recentemente – de portos marítimos, as únicas consideradas no barroco ou no modernismo referenciando a presença afrodescendente pelo seu reconhecimento institucional, público, na construção do Brasil e de seu 'patrimônio material', seus conjuntos arquiteturais e coleções artísticas.

Que pode ser visto como avanço a abertura dos debates sobre a cultura material aos debates sobre o 'intangível' ou o 'imaterial', oportunizando espaço para epistemologias e cosmovisões não-ocidentais, ou de tempos muito longevos, de longa duração, mas de fundamental valor para compreensão de patrimônios que envolvem memórias, como as de trauma, dor, sofrimento no caso do barroco brasileiro.

Esperamos que a pesquisa, nesse aspecto dos debates sobre o intangível na perspectiva do patrimônio cultural, afrodescendente, colabore nos avanços do conjunto das pesquisas no Brasil produzindo referências, fontes de informação e novas pesquisas em termos de patrimônio, de cultura.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. **Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936 – 1945)**. Brasília: SPHAN – Pró-Memória, 1981.

- ANDRADE, M. Arquitetura colonial. **Diário Nacional**, São Paulo, 25-8-1928.
- ANDRADE, M. A Lição de Pedro Gomes Chaves e o Individualismo do Aleijadinho. **Suplemento Literário - Barroco**, Minas Gerais, ano III, nº 45, 1967.
- BIONDINI, I.V.F.; STARLING, M. B.L.; CARSALADE, F. L. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Minas Gerais, volume 16, número 25, jan-jul 2014.
- BRECHT, B. **Perguntas de um Trabalhador que Lê**. Memorial Sindical, São Paulo, junho 2015. Acessado em 10 de out. 2024. Online. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/cultura-e-reflexao/bertolt-brecht-e-os-80-anos-do-poema-%C2%93perguntas-de-um-trabalhador-que-le%C2%94/>
- CRUZ E SOUZA, L.C. **Caminhos de Minas: a Lei Robin Hood e as políticas municipais de preservação do patrimônio mineiro**. 2013. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio / Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT.
- FONSECA, M.C.L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC/IPHAN, 2005.
- FONSECA, M.C.L. A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial no Iphan: antecedentes, realizações e desafios. In: SCHLEE, Andrey R. (org). **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, nº 35, p. 158-170, 2017.
- FRIDMAN, F.; ARAUJO, A.P.S.; DAIBERT, A.B.D. Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 621-638, 2019.
- GONÇALVES, J.R.S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, R. & CHAGAS, M. **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, cap. 1, p.25-33.
- IPHAN. **Cartas Patrimoniais**. Brasília, 2014. Acessado em 15 de jan. 2024. Online. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>
- LUCCHESI, D. Africanos, Crioulos e a Língua Portuguesa. In: L.I.S. & CARMO, L. (org.). **História Social da Língua Nacional**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008, cap. 8, p.151-180.
- OLMOS, C.A. O Aleijadinho: duas perspectivas. **Revista Travessia**, Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal de Santa Catarina, nº 25, 1992.
- SANTIAGO, Silvano. **Viagem pelas viagens de Mário de Andrade**. Quatrocincoum, Rio de Janeiro, 1 set. 2021. Acessado em 10 de outubro de 2024. Online. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/entrevistas/literatura/literatura-brasileira/viagem-pelas-viagens-de-mario-de-andrade/>
- VELOSO, M. **O Tecido do Tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre modernismo e barroco**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.